

# Brasil reduz pobreza extrema e protagoniza aliança contra a fome

» WELLINGTON DIAS

Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

A pobreza extrema é uma questão que nos desafia enquanto sociedade global. Semana passada, o Banco Mundial divulgou um dado alarmante: 8,5% da população mundial ainda vive nessa situação. Isso equivale a aproximadamente 692 milhões de pessoas, um número que permanece praticamente estagnado nos últimos cinco anos. Pobreza extrema e fome são irmãs siamesas, os dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) mostram que, no mesmo período, 735 milhões de pessoas estão passando fome no mundo. Diversos choques globais, guerras, crise climática e modelos de crescimento excludentes impedem que os mais pobres vejam melhorias reais em sua renda.

Esse cenário global acende uma luz de alerta em todos nós. Mas, apesar desse quadro preocupante, há sinais de esperança. O Brasil tem mostrado que é possível reverter esse cenário. Nos últimos dois anos, o nosso país reduziu a taxa de pobreza extrema em 40%, de acordo com dados do relatório de 2024 do Observatório Brasileiro das Desigualdades. Isso só foi possível graças a uma combinação de políticas públicas: o aumento real do rendimento médio dos trabalhadores, a queda no desemprego e, principalmente, a retomada e o fortalecimento de programas sociais que comprovadamente funcionam, como o Bolsa Família, de distribuição de renda, e o Acredita no Primeiro Passo, que investe em empreendedores do Cadastro Único.

Esses programas, coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), são a prova de que um governo comprometido com políticas públicas para promoção da justiça social e redução das desigualdades tem efeitos concretos, e não só retóricos, na vida do cidadão e da cidadã brasileira.

Mais do que números, são vidas que estão sendo transformadas. Os dados apontam que as maiores reduções ocorreram no Norte e Nordeste, regiões historicamente marcadas pela desigualdade. Além disso, houve uma queda significativa da extrema pobreza entre mulheres negras — de 45,2% —, outro sinal claro de que estamos no caminho certo.

Esse é o Brasil que queremos: um país que não só se preocupa com seus mais vulneráveis, mas que age efetivamente para melhorar suas condições de vida. Foram 24,4 milhões de pessoas que saíram da situação de fome em 2023, resultado de políticas que foram retomadas e aprimoradas, como o Plano Brasil Sem Fome.

Um plano que não só combate a fome, mas também fortalece a economia, gera emprego, renda e valoriza o salário-mínimo. Agora, além do foco no emprego no qual o público do Bolsa Família



e do Cadastro Único já alcança 77% das vagas, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), lançamos o Programa Acredita no Primeiro Passo, que vai alavancar o crédito para quem quer empreender e sair da pobreza.

Não podemos nos acomodar. É preciso fortalecer as políticas públicas que deram certo. O Brasil está provando que é possível caminhar na contramão de um cenário global desolador apontado pelo Banco Mundial. Não podemos aceitar que, em pleno século 21, milhões ainda lutem pela sobrevivência diária. Devemos questionar as estruturas que mantêm essa realidade e nos empenhar em encontrar soluções que promovam o desenvolvimento inclusivo. Nesse sentido, o Brasil também se destaca ao

encabeçar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. A iniciativa, coordenada pelo MDS, será lançada na Cúpula do G20 em novembro e tem como objetivo, até 2030, apoiar a erradicação da fome e da pobreza, reduzir desigualdades e promover parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. A aliança oferecerá apoio técnico, político e financeiro aos países que adotarem suas propostas.

A partir dessa iniciativa, levaremos a boa experiência brasileira aos demais países, para que o Brasil continue sendo um exemplo de que o combate à fome e à pobreza extrema não é uma utopia, mas uma realidade possível. Esse é o compromisso do presidente Lula, do governo federal, do nosso ministério e meu.

## As estatais numa agenda de futuro

» CARMEM FEIJÓ

Professora titular da Faculdade de Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF)

» FERNANDO TEIXEIRA

Doutor em economia pela UFF e policy fellow do Institute for Innovation and Public Purpose, da University College London (UCL/IIPP)

» GUSTAVO SILVA

Doutorando em economia pela UFF e diretor do Instituto Ilumina

Empresas estatais, ao contrário das empresas privadas, buscam objetivos múltiplos, como a criação de competências técnicas e novos mercados que beneficiam a sociedade como um todo, além da lucratividade. Por isso, necessitam de uma abordagem diferente para avaliar seu desempenho, que leve em conta a contribuição para o sucesso de desenvolvimento em escala nacional e regional.

Em perspectiva histórica, não faltam exemplos emblemáticos da relevância de estatais na promoção do desenvolvimento. O Instituto per la Ricostruzione Industriale (IRI), holding Company, desempenhou um papel central no “milagre econômico” da Itália durante o século 20 ao construir grande parte da infraestrutura e moldar a competitividade industrial do país nos setores de defesa e construção naval. Outro exemplo é a Pohang Iron and Steel Company (POSCO), a maior estatal da Coreia do Sul, que está consistentemente entre os 10 maiores produtores mundiais de aço e criou as bases da indústria automobilística coreana. O governo coreano investiu nessa indústria intensiva em capital e de alto risco quando nenhuma empresa do setor privado estava disposta. Nas últimas décadas, a China foi capaz de desenvolver empresas estatais que figuram entre as mais produtivas e lucrativas do mundo, apoiando indústrias avançadas e criando vínculos com empresas privadas.

Nos países centrais e nas economias emergentes, a presença do Estado em setores produtivos ainda é relevante, em especial no setor energético, que vem ganhando maior relevância no contexto de compromisso global com enfrentamento das mudanças climáticas. Durante as crises financeira internacional de 2008 e do coronavírus, os governos também lançaram mão da participação estatal no capital de empresas privadas para socorrer setores estratégicos, garantindo a sustentabilidade econômica-financeira de empresas ao longo da travessia dos momentos de maior incerteza e instabilidade financeira. Não por outra razão, no âmbito das organizações multilaterais é evidente o movimento recente de discutir de forma propositiva o papel das estatais no contexto de novas políticas industriais e descarbonização das economias, se afastando das recomendações privatizantes.

É equivocada (e ultrapassada) a ideia de que empresas estatais restringem espaços de atuação do setor privado. Os atuais desafios econômicos, sociais e ambientais demandam a existência de instrumentos e instituições com mandato público e perspectiva de longo prazo para dar suporte às agendas de transformação econômica e ecológica dos diversos países. Isso significa que, em vez de se concentrarem em emular o comportamento das empresas privadas, as estatais podem assumir maiores riscos e promover iniciativas experimentais para explorar soluções inovadoras e tecnologias revolucionárias, além de criar e formatar novos mercados, como vem sendo discutido pela professora Mariana Mazzucato. Esse mandato “paciente”, aliás, tem o poder de prevenir que interesses de acionistas (shareholders), no caso de empresas com capital aberto, prevaleçam sobre os benefícios mais amplos (stakeholders).

Nesse sentido, a discussão sobre governança de empresas estatais não pode se limitar a replicar os preceitos de governança corporativa, senão conciliá-los com objetivos e metas de desenvolvimento e redução de emissões de gases de efeito estufa, por exemplo. É fundamental que os conselhos das empresas estatais sejam representados por pessoas capacitadas e de perfil técnico condizente com o tamanho da responsabilidade, mas que também compreendam a natureza política da instituição e as responsabilidades com o acionista majoritário, a sociedade.

Certamente há exemplos diversos de estatais que foram mal geridas e/ou capturadas por interesses escusos ou de curto prazo no Brasil e no mundo, assim como há exemplos de empresas privadas mal geridas e envolvidas em escândalos de diversas proporções. No entanto, é preciso aprender com os erros em termos de escolhas e desenho de políticas, compreender razões de fracasso e sucesso e criar métricas e indicadores que permitam o acompanhamento sistemático caso a caso. Assumir que apenas o Estado comete equívocos e, por isso, não há espaço para empresas estatais em economias diversas e complexas é se contentar com uma visão muito estreita e anacrônica da realidade.

A visão binária sobre a relação entre Estado e mercado deve ser definitivamente superada. Não há tempo para disputas etéreas diante da emergência climática e em face dos diversos desafios do século 21. É preciso trazer para o debate novas ideias sobre complementaridades e novos tipos de colaboração que distribuam ônus e bônus e gerem valor público para a sociedade.

## Cidade boa para morar é uma cidade boa para as crianças

» CLÁUDIA DE FREITAS VIDIGAL

Representante no Brasil da Fundação Van Leer

» JP AMARAL

Gerente de natureza do Instituto Alana

Quantos minutos por dia seu filho brinca na natureza? Essa pode ser uma pergunta angustiante para mães e pais de crianças e adolescentes que vivem nas grandes cidades do Brasil. Sobretudo porque, na nossa vida cimentada, emparedada e curvada sobre uma tela, muitas vezes a resposta possível é outra pergunta, mais trágica: Mas que natureza?

A cidade de São Paulo, por exemplo, dispõe apenas de 2,6 metros quadrados de praças e parques por habitante. Nas grandes cidades da Europa, a recomendação é que cada cidadão disponha de 18 metros quadrados de espaço público verde e acessível. No Brasil, se oito em cada 10 crianças vivem em zonas urbanas, segundo o IBGE, e 65% das escolas públicas de educação infantil não têm nenhuma área verde, conforme o Censo Escolar 2022, está claro que o saldo não é bom.

Mas não podemos nos conformar. A Constituição Federal, em seu artigo 225, diz que todos temos direito a um meio ambiente equilibrado e “o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. E no artigo 227, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar às crianças e adolescentes, “com absoluta prioridade”, o direito à vida, à saúde e ao lazer. Em meio a tanta fumaça no céu e tantas notificações na palma da mão, é urgente refletir e agir.

Nesse sentido, o Projeto de Lei 2.225/2024, apelidado de Marco Legal Criança e Natureza e elaborado por mais de 80 entidades que atuam na defesa das infâncias e do meio ambiente, traz uma grande inovação: protocolado na Câmara Federal pela deputada Laura Carneiro (PSD/RJ), ele junta

os dois artigos constitucionais e propõe um novo marco legal para fazer valer, por meio de diretrizes e políticas públicas, o direito das crianças à natureza. Mais que isso: o direito de elas terem acesso a espaços naturais equilibrados, seguros e saudáveis, onde possam brincar com regularidade. Locais que possibilitem a convivência familiar e comunitária em detrimento do isolamento das telas e o consumismo. Espaços que ajudem as cidades a mitigar os efeitos climáticos extremos.

Para a ciência, os benefícios dessa convivência ancestral com ambientes naturais são muito claros. Criança que brinca ao ar livre é mais autoconfiante, criativa, cooperativa, concentrada, curiosa, emocionalmente equilibrada. O contato rotineiro com o verde diminui o estresse, a ansiedade, contribui para a sociabilidade, melhora a coordenação psicomotora e auxilia no controle de doenças crônicas, como diabetes, asma e obesidade. “Isso sem falar nos benefícios ligados ao campo da ética e da sensibilidade, como encantamento, empatia, humildade e senso de pertencimento”, conforme destaca o manual de orientação Benefícios da natureza no desenvolvimento de crianças e adolescentes, da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Cidade, portanto, precisa deixar de ser antônimo de natureza. Garantir o acesso rotineiro das crianças a áreas verdes não é luxo. É sobrevivência — para todos nós. E não estamos falando exclusivamente de grandes parques ou florestas remotas. Muitas vezes, uma praça com área verde funcionará bem. O mais importante, conforme traz o Projeto de Lei, é que os espaços naturais estejam a uma “curta distância, caminhável” das

moradias das crianças, em todo o território, em especial nas periferias.

Cidades como Jundiá, Caruaru, Niterói e Fortaleza estão conseguindo ótimos resultados com a criação de áreas verdes relativamente baratas. São os chamados parques naturalizados, planejados a partir das características do terreno, muitas vezes numa área antes baldia. Nos alicives, declives e ondulações, nascem caminhos de pedrinhas, lascas de madeira ou de terra batida. Há espécies de plantas nativas, árvores e troncos para se pendurar, escalar ou descansar. Toquinhos de madeira e cascas de coco viram painéis para a comidinha de grama e lama. Os cursos d’água, diques e poças são bons para deslizar o barquinho de folha e sapatear. Os barrancos, para escorregar com papelão... Parques naturalizados oferecem um conjunto infinito de brincadeiras porque estimulam a imaginação e a autonomia das crianças, convidando-as a explorar, criar e estar presentes — e não hipnotizadas por um celular.

O Brasil tem 85% da população vivendo em cidades. É uma escolha que está feita. As crianças, apesar de também serem sujeitos de direitos, raramente são consultadas sobre políticas e projetos urbanos. Todos os dias, as grandes cidades brasileiras estão sendo transformadas, pensadas, apagadas e recriadas. Por adultos. Mas o que é uma cidade boa para viver? Uma cidade boa para as crianças? É a que garante a elas o direito de brincar e aprender com e na natureza. Elas sabem disso. Para os adultos que por ventura se esqueceram, vale a bem-humorada “receita médica” prescrita pela Sociedade Brasileira de Pediatria: “Se persistirem os sintomas de desânimo, reforçar as doses de brincadeiras ao ar livre”.